

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTIL PELA
INTERNET

CARINA ELIGIA GRANEMANN

Florianópolis, 2004/2.

CARINA ELIGIA GRANEMANN

PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTIL PELA
INTERNET

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
de Santa Catarina – UFSC, para
obtenção do título de Assistente
Social, sob orientação da Profª Drª
Maria del Carmem Cortizo.

TKL.

Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, 2004.

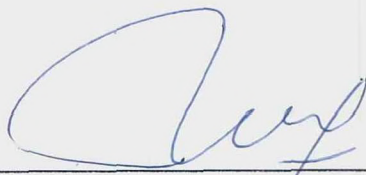
DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 09 / 12 / 04

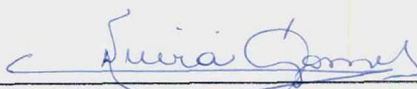
CARINA ELIGIA GRANEMANN

**PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTIL
PELA INTERNET**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Orientadora: Profª Drª María del Carmen Cortizo



Professora: Waldirene Vieira Gomes



Assistente Social: Cristiane Selma Claudino

Florianópolis, 2004.

DEDICATÓRIA

A minha família pelo apoio irrestrito em todos os momentos.

Ao meu namorado amado Ederson que soube tão bem compreender os meus momentos de ausência em função deste trabalho.

As amigas que conheci nesta Universidade e levarei sempre comigo.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, pelas suas orientações precisas nos momentos solicitados.

As amigas Ana Paula, Fabíula com as quais dividi os momentos de ansiedade final do curso.

A prof^a Waldirene que compartilhou comigo o material necessário para elaboração deste trabalho.

Aos profissionais do POASE pela contribuição do conhecimento prático profissional, em especial à Maristela Antônia dos Santos pela sua paciência e pelo seu exemplo profissional.

"A felicidade não é uma estação de chegada,
mas um modo de viajar."

(M. Rubenik)

RESUMO

O objeto de pesquisa é a pedofilia e pornografia infantil veiculada e facilitada pela Internet. Os objetivos específicos foram realizar uma análise acerca da pedofilia e pornografia infantil e a inserção da Internet na sociedade. Discriminar os aspectos legais que abrangem o tema e suas possíveis lacunas para os dias atuais: como a punição, falta de controle e monitoramento nos acessos, assim como a educação dos usuários. Enumerar as iniciativas no âmbito nacional que têm procurado combater a propagação da pedofilia e pornografia infantil na Internet. Assim, esta pesquisa tem como problema a maneira como a Internet se inseriu na sociedade, sua celeridade no meio social e sua forma de utilização. A carência educativa e de conscientização dos usuários no seu acesso assim como a propagação em velocidade instantânea das práticas criminosas que passaram a fazer parte do mundo virtual. A sociedade contemporânea trilha caminhos a fim de suprir o prejuízo proporcionado pelo lado problemático da Internet, através da criação de programas de bloqueio a determinados conteúdos e também de uma legislação aplicável ao mundo virtual.

PALAVRAS CHAVE: pedofilia, pornografia infantil, Internet, Legislação.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01: Sexo dos supostos abusadores.....	21
Figura 02: Faixa etária dos supostos abusadores.	21
Figura 03: Sexo das possíveis vítimas.....	24
Figura04: Faixa etária das supostas vítimas.	24
Figura 05: Locais de ocorrência das denúncias de exploração sexual	41

SUMÁRIO

RESUMO	7
ÍNDICE DE FIGURAS	8
INTRODUÇÃO	10
1 PROBLEMÁTICA	10
2 METODOLOGIA.....	13
3 JUSTIFICATIVA	14
CAPÍTULO I – PEDOFILIA.....	15
1 PORNOGRAFIA INFANTIL E PEDOFILIA NO BRASIL	17
2 CARACTERIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO DO PEDÓFILO.....	20
3 APROXIMAÇÃO DA VÍTIMA POTENCIAL.....	23
CAPÍTULO 2 – INTERNET.....	26
1 SURGIMENTO DA INTERNET.....	26
2 CRIAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SITE	29
3 PROGRAMAS E TECNOLOGIAS DE BLOQUEIOS	31
CAPÍTULO 3 – LEGISLAÇÃO	33
1 PROGRAMAS, CAMPANHAS, MOBILIZAÇÕES EXISTENTES.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial não se tem percebido um processo de modificação social, econômica e cultural tão profundo e disseminado como a nova era da informação. A Internet, a força motriz dessa transformação, agrega em si diversas tecnologias para a troca de informações, as quais podem ser utilizadas para agilizar e facilitar o cotidiano das pessoas, bem como criar subterfúgios virtuais para a prática de atividades condenáveis, como por exemplo a pedofilia e pornografia infantil.

Antes de aparecer na tela do computador, há o ato ilícito real, a inocência revelada. Multiplicada facilmente como um documento de texto ou uma música, as imagens e vídeos se espalham como objeto de divertimento e prazer para qualquer um que se interesse, também o pedófilo.

Estamos presenciando um momento sem igual entre todas as transformações e mudanças ocorridas neste século em todo o mundo. A maior característica deste processo transformador é que pela primeira vez criou-se um mecanismo onde o cidadão, aquele indivíduo anônimo, passou a ter um canal não controlado para se pronunciar. (SANZ, 1998, p.30).

Diante desse panorama virtual quase anárquico e caótico, cabe a todos discutir e reavaliar o uso das tecnologias de informação e comunicação – TICs – na sociedade, suas vantagens e implicações. Este trabalho tem por objetivo tratar, com especial dedicação, a pedofilia e pornografia infantil veiculada e facilitada pela Internet.

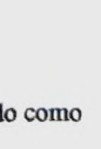
Este trabalho irá discorrer em seu primeiro capítulo um breve histórico da pedofilia, apresentar com base em estudos da psicologia e da psiquiatria a caracterização do comportamento do pedófilo, assim como o caminho percorrido pelo mesmo em busca de suas vítimas potenciais.

No segundo capítulo, será abordado o surgimento da Internet, o que consiste, formas de uso e programas existentes de filtragem para estas práticas. E por fim, no terceiro capítulo, a questão legal acerca dos crimes praticados através da Internet, e também o destaque de alguns movimentos organizados que lutam no combate ao crime da pedofilia e pornografia infantil na Internet.

1 PROBLEMÁTICA

É indiscutível o avanço da ciência e tecnologia. A rapidez com que os avanços tecnológicos se alastram nas nossas vidas é tal que nem temos tempo para pensar nos seus impactos e consequências. Os avanços tecnológicos multiplicam-se com uma celeridade incontrolável e impõem-se no nosso quotidiano como senhor absoluto do nosso bem-estar e da nossa felicidade. Podemos tomar como representante fiel deste boom tecnológico – o computador. Através deste, foi possível implementar uma outra tecnologia mais aperfeiçoada: a Internet.

A Internet apresenta-se como a maior rede mundial de computadores existente nos dias atuais. As redes eletrônicas de computadores proporcionam a seus usuários uma comunicação a baixo custo e acesso a fontes inesgotáveis de informação. Elas interconectam pessoas para os mais variados fins e têm contribuído para ampliar o acesso à informação, eliminando barreiras como distância, territorialidade, fuso horário, etc.

Com o surgimento da World Wide Web¹, o conteúdo da rede ficou mais sedutor com a capacidade de congregar imagens e sons. Um novo sistema de localização de

¹ WWW – World Wide Web, criada em 1991 na Suíça pelo físico Tim Berners Lee. Pode ser entendido como teia de alcance mundial. (GUIZZO, 2002 : 72)

arquivos criou um ambiente em que cada informação tem um endereço e pode ser encontrada por qualquer usuário da rede.

Em contrapartida a todo esse avanço tecnológico que tem sua contribuição cultural, científica, política, e educacional, surgiram também alguns problemas, aspectos negativos.

As relações sociais por exemplo, são reduzidas diariamente no contato com as pessoas que passa a ser pela tela do computador, na troca de e-mails, mensagens instantâneas, etc. Diante dessa tela a pessoa se vê capaz de comunicar-se com o mundo, podendo fazer uso de apelidos, falsas impressões pessoais, etc.

Para ter-se uma idéia rápida, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos em horas navegadas por dia (um brasileiro passa mais horas conectado que um americano²).

Outra desvantagem é que a Internet expandiu o campo de possibilidades para a prática de crimes que até então não faziam parte do mundo virtual, como o da pedofilia e pornografia infantil, assunto que aqui nos ocupa. Neste sentido, utilizada para inserir e comercializar fotos e filmes contendo imagens de crianças e adolescentes vítimas destas práticas, em que são acessadas e visualizadas por adultos para satisfazerem seus desejos sexuais, trocar materiais de conteúdo pornográfico infantil, podendo também se utilizar de artifícios como o anonimato ou identidade falsa para a aproximação de um pedófilo com sua potencial vítima.

O tema escolhido para este trabalho deve-se à importância de estarmos discutindo o que está acontecendo no mundo on line no cerne da pedofilia e pornografia infantil que reflete e implica na sociedade. Apresentar estatísticas que apontam esta nova prática de crimes contra as crianças e adolescentes – os crimes virtuais – assim como,

² Veja www.idgnow.com.br

levantar as mobilizações existentes para o seu combate e a necessidade de uma legislação específica.

Brasil é o 4º em pedofilia na Internet... os dados confirmam não apenas o crescimento da pedofilia na Internet, mas também a ausência de medidas legislativas para combater o fenômeno. (Jornal do Brasil³,2004).

À frente do Brasil vem a Rússia, a Coreia do Sul e os Estados Unidos.

Faz-se necessário voltar a atenção ao modo como as tecnologias de informação e comunicação estão sendo utilizadas, de que forma a sociedade (se) foi preparada/educada para esta inovação e como se deu esta mudança.

Esta problemática não está somente no âmbito dos aspectos sociais mas também nos aspectos legais. Pois, podemos comparar a velocidade com que os avanços tecnológicos são alcançados com a velocidade da Legislação Brasileira. O Código Penal Brasileiro, por exemplo, é datado em 1940 sendo que a Internet surgiu no Brasil na década de 90, e hoje existem algumas iniciativas, projetos-lei em volta desta questão específica, e das novas modalidades de prática de crimes.

Dessa forma, faz-se necessário o levantamento desta discussão e o alerta da sociedade para este assunto.

³ Disponível em: <http://www.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53270>. Acessado em: 27/09/2004.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa do tipo bibliográfica exploratória. Foi realizada uma busca acerca do material existente já elaborado constituído de livros, artigos, reportagens, que serviram também para subsidiar outras fontes bibliográficas utilizadas nos mesmos para este trabalho. A partir daí iniciou-se a leitura e aprofundamento do tema para dar início ao seu desenvolvimento. Dessa forma, serão apresentadas algumas discussões acerca do tema da pedofilia e pornografia infantil pela Internet, enfatizando sua disseminação instantânea e a falta de punição para esta prática, e a (se há) legislação específica.

3 JUSTIFICATIVA

Por acreditar que este tema: Pedofilia e pornografia infantil na Internet encontra-se ainda pouco discutido, e, tendo encontrado uma bibliografia brasileira muito restrita abordando esta temática, proponho aqui uma pequena contribuição na tentativa de compreender e possibilitar uma reflexão acerca desta problemática, considerando que apesar de se passar no mundo virtual, trata-se de uma questão intrínseca ao mundo real. Deixando claro que além dos programas existentes de filtragem e bloqueios disponibilizados para amenizar estas práticas, vistos por alguns como repressores, uma outra forma considerada mais importante de combate está centralizada na educação e conscientização dos usuários, criadores dos provedores, empresários, escolas, e na informação intrafamiliar de forma preventiva.

A apresentação de idéias, exibição de imagens proporcionada pela Internet através de uma transmissão rápida, têm conseqüências tanto positivas quanto negativas que perpassam pelo funcionamento da sociedade, segmentos culturais, de valores e no desenvolvimento social das pessoas.

Hoje, nossa principal missão é a conscientização dos usuários da Internet, dos políticos, das famílias e da sociedade sobre a situação preocupante, imposta pela ação criminosa através da Internet e seus riscos. As crianças correm o risco real e imediato de serem assediadas, raptadas para contracenarem em cenas sádicas, doentias, ou ainda de verem publicadas sua dor, angústia pelo sofrimento no abuso, ou exploração sexual. (MIRANDA & MIRANDA, 1998)⁴.

Nesta direção, entendo que o serviço social pode intervir junto a sociedade, instituições, ONG's, com ações de orientações, informativas, buscar parcerias no combate a pedofilia e pornografia infantil, assim como mobilizar-se juntamente ao judiciário, na busca

⁴ Site: www.censura.com.br. Acesso em: 29/09/2004.

da garantia e proteção dos direitos de crianças e adolescentes violados nesta prática. Disponibilizar subsídios para a formulação de políticas e programas sociais voltados para o recebimento e averiguação de denúncias direcionando o trabalho à garantia dos direitos das crianças e adolescentes conforme assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Além do profissional de serviço social, compreendemos a amplitude desta questão que se apresenta inter-relacionado às outras áreas como dos direitos humanos, trabalho, educação, saúde etc.

CAPÍTULO I – PEDOFILIA

A pedofilia, até recentemente, era um tema enrustido, permanecendo entre os pequenos grupos, escondido, não divulgado. Porém isso não significa que ela não existia. Por se tratar de um ato repugnável pela sociedade, os pedófilos se continham mais, era preciso avaliar os riscos que estariam correndo ao abordar sua vítima, principalmente pelo fato dessas abordagens ocorrerem em sua grande maioria em locais públicos, saída/entrada de escolas, deixando-os assim expostos aos demais. Hoje, com toda a tecnologia existente, tornaram-se acessíveis e possíveis quaisquer troca de informações colocando em risco a segurança das crianças e adolescentes. O computador, enquanto ferramenta, acaba facilitando a ação dos pedófilos, e passa a ser usada para inserção e divulgação do seu material, para comunicar-se com várias pessoas que participam do seu mesmo interesse. Dessa forma, os pedófilos propagam-se virtualmente inserindo e compartilhando seus materiais, suas práticas, revelando de maneira bizarra, a inocência que roubou de suas vítimas.

Importante salientar que o pedófilo é dotado de todo conhecimento de táticas, atos de carícias e cuidado no modo como deve agir seja no momento da sua abordagem ou durante o registro de seus atos sexuais. Ao contrário de alguns mitos, o pedófilo não pode ser descrito como um “bicho-papão”. Aparentemente com comportamento amigável, sedutor, oferece pequenos agrados na tentativa de despertar a atenção e ganhar a confiança de uma criança, buscando através destas táticas uma aproximação. Podemos imaginar que não deve ser difícil, já que as crianças carregam naturalmente consigo a curiosidade, a

inexperiência e a inocência, o que as tornam alvos fáceis diante desse cara “aparentemente legal”.

A sociedade porém tem uma grande parcela de responsabilidade. Sua contrapartida se dá através da mídia, que expõe diariamente cenas de nudez e de sexo –seja qual for o horário – esquecendo que dentre seus telespectadores estão crianças em desenvolvimento, que perigosamente, pode acabar atropelando sua formação, naturalizando para elas as cenas de sexo, de nudez e erotismo. Esta contribuição televisiva pode influenciar no seu comportamento, modo de vestir, se comportar, transformando-as em verdadeiras **adultos mirins**. Também é possível lembrar situações em que crianças são equiparadas aos adultos. Dessa forma, a criança pode sofrer uma ruptura no seu processo de desenvolvimento, caracterizando assim um momento perigoso e propício para o pedófilo de prontidão, que já tem aí seu terreno preparado pela própria sociedade. Destaco ainda, que paralelo à mídia, encontram-se o restante dos telespectadores compostos por pais, educadores, pela família, representantes governamentais, religiosos etc. Adultos responsáveis pela sua educação e proteção, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Retornando para o uso da Internet, o cenário virtual não é diferente. Nele o pedófilo se depara com um verdadeiro oceano favorável, e passa a fazer tudo aquilo que tem vontade passando ileso de uma punição, conforme afirma Schussel⁵:

Antes do surgimento do espaço virtual, a prática era enrustida. porém tudo piorou depois disso, pois os pedófilos passaram a assistir e praticar tudo aquilo que tinham vontade de fazer, mas que lhes faltava coragem.(SCHUSSEL, 2002).

⁵ Eric Schussel, presidente do Departamento de Saúde Mental da Sociedade Brasileira de Pediatria.

1 PORNOGRAFIA INFANTIL E PEDOFILIA NO BRASIL

Os problemas sociais relacionados à criança ao adolescente, no que tange aos abusos sexuais por parte de adultos, fazem parte de toda a História do Brasil desde a época do Descobrimento. Em seu livro, *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre (1997) relata casos de abuso de poder contra crianças e adolescentes desde aquela época, que podem ser vistos como parte da formação do povo brasileiro. Falando sobre a exploração sexual no período colonial, diz:

Às vezes negrinhas de dez, doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, grangazás ruivos que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses, com uma fome doida de mulher. (...) Mas o grosso da prostituição, formaram-no as negras exploradas pelos brancos. Foram os corpos das negras – às vezes meninas de dez anos – que constituíram, na arquitetura moral do patriarcalismo brasileiro (...) (FREYRE, 1997, p.449 – 450).

As situações bizarras envolvendo crianças e adolescentes apesar de longa data, foram sendo aprimoradas pelos seus abusadores, exploradores, pedófilos que passaram a registrá-las. Primeiramente através de pinturas que teriam sido encontradas na Grécia Antiga, as quais retratavam relações sexuais mantidas entre adolescentes e adultos. Posteriormente, aperfeiçoadas com a invenção de máquinas fotográficas⁶ as relações abusivas, as violências sexuais puderam ser cristalizadas nas fotografias capazes de ultrapassar a barreira do tempo. Não obstante disto, o poder ilimitado de criação do ser humano novamente se supera na descoberta de novas tecnologias, com a invenção do computador e tempos depois a Internet. Porém, como já citado acima, o poder ilimitado de

⁶ “Não se sabe ao certo qual a gênese da fotografia, mas supõe-se que no ano 1000 já era conhecido o princípio óptico da máquina fotográfica. Um aparelho, de nome Câmara Escura, constituído por um orifício, que era utilizado por astrônomos árabes para registro dos contornos e diferentes posições da imagem do sol ou mesmo da lua”. Por Sílvia Nunes e Sara Novo, APPM. Disponível em: <<http://www.appm.pt/marcas.html>>. Acessado em: 10/10/2004.

criação do ser humano não parou por aí, passou-se então a ser traçado um caminho obscuro utilizando tais inovações. As pinturas, fotografias de cunho pornográfico misturando inocência com obscenidade, com erotismo, foram inseridas no computador e a *posteriori* lançadas na Internet. Foram criados sites de pornografia infantil e disponibilizadas para o mundo.

Pornografia, segundo Marzochi (2000)⁷, vem do grego *pornographos*, que significa escritos sobre prostitutas, originalmente referido à vida, costumes e hábitos das prostitutas e clientes. Na discussão do tema:

[...]pedófilo, é uma palavra de origem grega, significa literalmente “amigo da criança”. Numa interpretação simples e direta, “pedófilo” deveria ser apenas um sentimento de amizade, de um adulto por um ser humano ainda pequenino, em formação, seja menino ou menina. Ocorre, porém, que o pedófilo vê mais do que uma simples amizade na criança e no adolescente. Vê neles um objeto que poderá ser disposto para uso sexual[...].⁸(MAIER, 2002).

Cabe ressaltar a diferença entre a pornografia infantil e a pedofilia: o primeiro caso é caracterizado pela divulgação, publicação ou forma de incentivo à propaganda desse tipo de abuso. No segundo, há o envolvimento físico da criança com o adulto, o que tipifica o delito previsto no Código Penal Brasileiro, a pedofilia é uma doença que se caracteriza pela alteração da identidade sexual. (SCHUSSEL,2002).

Para esse, a pedofilia é uma consequência de um trauma psicológico e não um problema genético, ou seja, o indivíduo que durante sua infância tenha sofrido maus-tratos, pode vir a desenvolver esta doença, com isso, conseqüentemente, poderá reproduzir em outras crianças tais agressões. Podemos citar nesta mesma direção, o processo de formação da identidade sexual segundo Neumann:

⁷ MARZOCHI, Marcelo De Luca. “Direito.Br – Aspectos Jurídicos da Internet no Brasil”. In: Pornografia na Internet. São Paulo: Editora LTR, 2000.

⁸ Veja em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=1778&cat=Ensaio>>. Em: “Pedofilia: último orgulho gay?”. Acesso em: 24/10/2004, por Félix Maier 2000.

Em muitos casos, na fase entre 0 e 12 anos de idade, a criança pode presenciar fatos que para ela são agressivos demais. Por exemplo, o pai abusando sexualmente de alguém, ou ainda, tendo relações sexuais com sua mãe. Aquelas imagens podem chocá-las, causando um trauma. Conseqüentemente aquele período fica guardado como referência no inconsciente, causando um prejuízo à maturidade sexual, ou seja, ela cresce, mas continua tendo a idade sexual infantil. Por exemplo, se os fatos citados acima acontecerem aos 8 anos de idade, ela continua tendo essa idade sexual até o fim da vida, e vai sempre se sentir atraída por crianças da mesma faixa etária.⁹(NEUMAN, 2002).

Porém são várias as discussões em torno da questão da pedofilia. Uma outra vertente na definição da pedofilia exposta por Machado:

A pedofilia é um desregulante psicossocial caracterizado pelo desejo de consumir atos sexuais com crianças. O começo deste problema pode ocorrer desde a adolescência até a idade adulta, e surge predominantemente no sexo masculino.(MACHADO, 2001).

Ainda no tocante ao abuso sexual infantil, um outro termo está sendo utilizado por psicoterapeutas, psiquiatras e estudiosos referente à esta questão – a Hebefilia, descrita como uma parafilia resultante de um desejo sexual por adolescentes púberes entre nove e treze anos

Retomando o termo pedofilia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a define como a ocorrência de práticas sexuais entre um indivíduo maior de 16 anos com uma criança na pré-puberdade (13 anos ou menos). No entanto, são várias as linhas de raciocínio acerca da pedofilia, causando muita discussão entre médicos e psicanalistas. Definida como uma perversão sexual pela psicanálise – uma parafilia – que segundo psicanalista Joel Birman¹⁰, trata-se de um distúrbio psíquico entendido como uma obsessão por práticas sexuais não aceita pela sociedade, como a prática de sadomasoquismo e o exibicionismo, por exemplo, não compreendido portanto, como uma doença. Já o psiquiatra

⁹ Marcelo Moreira Neumann, psicólogo do Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami), da Região do ABCD, em São Paulo.

¹⁰ Revista Super interessante, maio de 2002.

francês, especializado em pedofilia, Patrice Dunaigre(1999, p.9-23), apresenta dois tipos de pedofilia: a de situação e a de preferencial. Vejamos:

Ⓐ A primeira, considerada pelo autor a mais difícil de ser detectada, não há necessariamente a penetração, a agressão pode perpassar desde carícias disfarçadas de inocentes cócegas até beijos em partes mais íntimas do corpo da criança;

Ⓑ O preferencial, ocorre quando o agressor opta por bebês e crianças na pré-adolescência como objetos de sua satisfação pessoal.

Para a Psicologia, as causas podem variar de acordo com o paciente, mas em linhas gerais, a pedofilia ocorre quando há uma separação da simbiose (modo de vida-interação do indivíduo com o meio), entre mãe e filho, caso em que o mesmo tem que descobrir sua própria sexualidade se deparando com uma mãe opressora e muito distante.

Podemos perceber que seja qual for a definição de pedofilia, seja como doença para medicina ou pelo Código Penal, como perversão sexual para psicanálise, o importante desta questão é que as vítimas serão as mesmas, crianças indefesas tendo seu corpo invadido e sua candura roubada. Na relação, a criança é manuseada como um simples objeto de desejo, pois não apresenta condições de defesa, o que acaba facilitando dessa forma a dominação.

Convém aqui destacar a Cartilha do Abuso Sexual, elaborada pelo Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI – que destaca as complicações causadas pelo abuso sexual contra crianças e adolescentes do ponto de vista psicológico: o comportamento muda, e se esta agressão for perpetrada por uma pessoa próxima a ela, como o pai, tio, irmão ou padrasto a vítima tende a desenvolver uma relação de amor e ódio.

A família é o primeiro grupo em que a criança aprende a reconhecer sua identidade e sentir-se como parte deste (sentido de pertencer, o sentido de nós). Até hoje não foi descoberta outra forma de ensinar gente a ser gente (MIOTO, 1997, p.120). A violência praticada dentro da família agrava a situação pelo fato do abuso romper com o vínculo de confiança necessário para o desenvolvimento da vida desta criança ou adolescente.

A dinâmica familiar do incesto é certamente mais complicada. Para Cohen:

O incesto é um ato egoísta e sintoma de uma crise familiar. (...) A compreensão do incesto pai e filha como um ato egoísta nos remete ao pai incestuoso porque este, ao violentar a filha, ignora a existência desta última. Azevedo e Guerra a partir de uma abordagem sistêmica, caracterizam as famílias incestuosas ou incestogênicas segundo alguns aspectos que possibilitam a gênese e o desenvolvimento do abuso incestuoso. O primeiro desses aspectos é a existência de uma confusão no nível das fronteiras inter-geracionais e das identidades de seus membros. Um outro aspecto é a construção de uma fronteira organizacional pouco permeável ao exterior. Um terceiro aspecto apontado (...) é a forma de organização familiar estabelecida sobre um segredo que, às vezes, é conservado por várias gerações. (BARISON, 1999, p.36-37).

Com base no exposto acima, caba ressaltar que muitos casos de violência doméstica apresentam-se envolvidas por várias razões como a questão de oportunidades, estresses, vingança, insegurança etc.

Outrossim, o abuso intrafamiliar, especialmente nas classes menos favorecidas, é uma porta de entrada para que esta criança ou adolescente passe a ser explorado sexualmente. Dr. Lauro Monteiro Filho(2000, p.80)¹¹ explica: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes pode ser observada como algo organizado desde o momento de abordagem de suas vítimas até a hora da transação comercial a distribuição do material produzido. Caracterizada como outra forma de abuso sexual, esta envolve além

¹¹ Dr. Lauro Monteiro Filho, médico pediatra, presidente da ABRAPIA. Revista Medicina e Saúde, maio de 2002. Disponível em: <<http://www.abrapia.org.br/antigo/textos/Artigos/Pedofilia.htm>>

das crianças e adolescentes vitimizados, o pedófilo, o abusador e ainda o que podemos chamar de intermediário das transações que seria o aliciador o criminoso quem lucra com a venda deste material abusivo.

Dessa forma, observa-se que toda essa situação não é fruto das mudanças sociais dos últimos anos como já foi mencionado, Freyre (2000), já assinalava o abuso, a exploração e a violência contra as crianças e adolescentes de hoje desde o período colonial. Desde aquela época, as relações de poder abusivo já eram estabelecidas entre um adulto e uma criança ou adolescente, onde o primeiro se beneficia de sua posição para a sua satisfação pessoal. Nos dias atuais, houve tão somente uma propagação no modo de agir e disseminar os abusos sexuais envolvendo crianças e adolescentes. As relações de poder para Chauí (1985) entendidas como uma violência, é uma relação de forças evidenciada pela dominação de um lado e coisificação do outro. O propósito dessa definição é a idéia de liberdade de Spinoza:

[...]a liberdade não é a escolha voluntária ante várias opções mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nessa perspectiva, ser sujeito é construir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinantes do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela [...] (Chauí, 1985, p. 36)

2 CARACTERIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO DO PEDÓFILO

Para a elaboração deste tópico, buscou-se bibliografia voltada para as áreas da psicologia e psiquiatria, as quais apresentam maiores subsídios para traçar este perfil.

Há mais pedófilos do que se imagina. Ao contrário do que se pensa, é mais provável que o seu simpático vizinho do lado seja pedófilo, do que alguém com aspectos mais duvidosos. (AIRES, 2002).

Aires,¹² explica que, no comportamento diário o pedófilo não demonstra nenhum indício, que é muito mais fácil enganar-se com alguma aparência duvidosa do que com a do pedófilo em si. Em seu consultório conta que já por inúmeras vezes se deparou com pedófilos, que inicialmente o procuram por outros motivos, mas que com a confiança adquirida ao longo das sessões, esses acabam revelando seu comportamento escondido. Ressalta ainda que: Não é habitual um pedófilo confessar que o é. Não chegam a uma consulta e admitem o comportamento. Todavia, com o tempo, assumem.

Para o especialista, a humanidade ainda tem muitas dificuldades com relação ao sexo, em lidar com a sexualidade. Devido a isto, se criaram vários tabus, o que defende como causa principal para os desvios de comportamentos. Atribui a estes tabus o estabelecimento de algumas normas sociais que acabam impedindo o ser humano de fazer um certo número de coisas próprias da sua natureza. A pedofilia para ele, seria um desvio de comportamento decorrente disso. O fato de escolherem crianças é por não conseguirem estabelecer uma relação com adultos, ou quando é proibido, levando-os a irem pelo recurso mais fácil, no caso a dominação de uma criança. Acaba suprimindo nessa, a sua satisfação sexual, encontrando na criança um recurso desprotegido e indefeso.

Segundo Dunaigre¹³ (1999), a caracterização de um pedófilo não pode ser entendida como algo finalizado, como determinação condicional de um indivíduo: se um sujeito é ou não pedófilo, as características apenas ressaltam alguns comportamentos repetidos observados em pedófilos nas suas práticas de violência com suas vítimas.

¹² Joaquim Quintino Aires, Dr. em Psicologia Clínica, psicólogo e psicoterapeuta.

¹³ Dunaigre, Patrice, psiquiatra francês especializado em Pedofilia.

Dunaigre, destaca que a pedofilia não se apresenta de forma restrita em um setor social, ela pode ser encontrada nos mais diversos meios socioculturais.

Ainda para o autor, partindo de uma análise minuciosa sobre a pedofilia, foi possível distinguir dois tipos de pedófilos. Há indivíduos que são exclusivamente pedófilos, ou seja, apenas estão interessados em relações sexuais com crianças, e há aqueles que tanto têm relações sexuais com crianças como com adultos, sendo casado, pai de família, bom companheiro, amigo de sua mulher e de seus filhos, porém com atração física sexual por outras crianças. De todas as faixas etárias, dos mais diferentes meios sociais, profissionais etc. Alguns que evitam causar danos físicos as suas vítimas além do ato em si, e outros com atitudes sádicas levando sua vítima ao óbito.

Com base em dados divulgados pela ABRAPIA obtidos através de denúncias recebidas pelo 0800 do Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, é possível observar algumas características do perfil de supostos abusadores sexuais em um universo de 1565 denúncias entre o período de fevereiro de 1997 a janeiro de 2003.

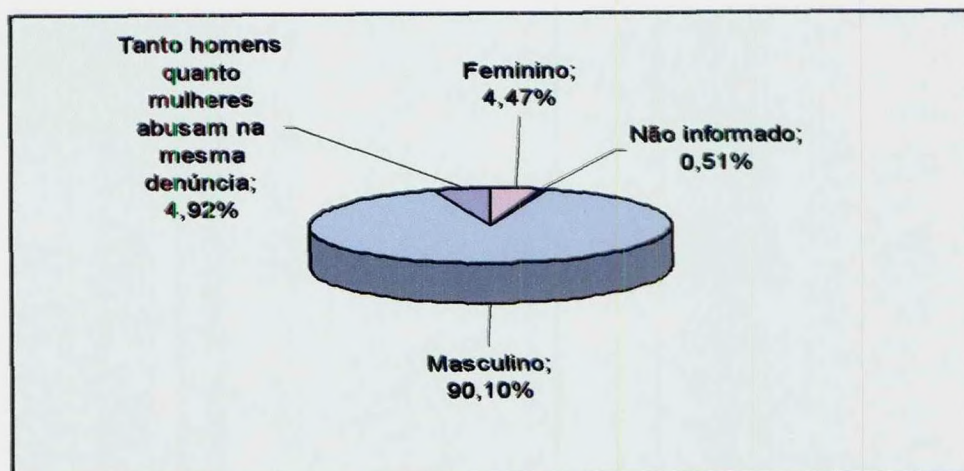


Figura 01: Sexo dos supostos abusadores.
Fonte: ABRAPIA.

Observa-se que em mulheres não é comum a pedofilia, há uma disparidade grande entre o universo masculino dentre os demais.

A seguir, o gráfico que ilustra a faixa etária dos supostos abusadores sexuais.

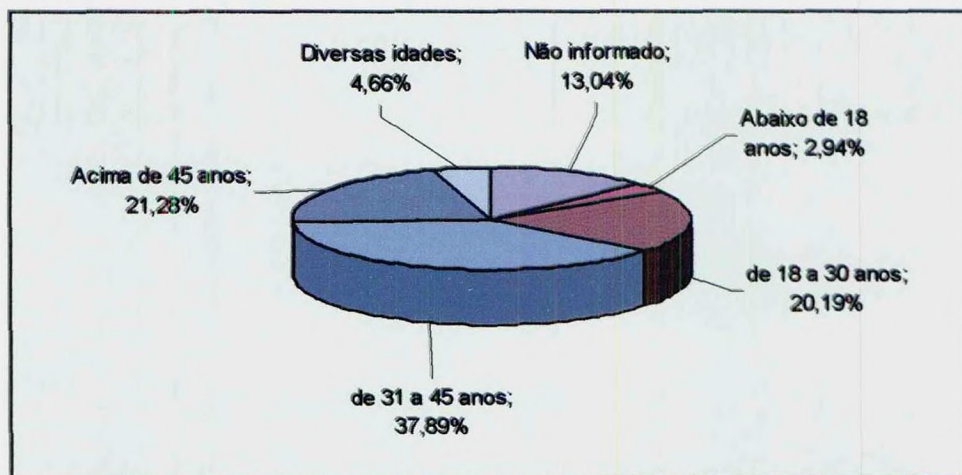


Figura 02: Faixa etária dos supostos abusadores.

Fonte: ABRAPIA.

Através do gráfico acima, identifica-se que na maioria das denúncias recebidas, os abusadores seriam pessoas já de uma certa idade.

A pedofilia, dentro da visão de Dunaigre, se dá através de atos isolados, ou seja, situação em que um adulto ataca uma criança sem que haja necessariamente uma atração por ela. Atos de natureza impulsiva, resultado da sua personalidade doentia.

Conforme Dunaigre (1999, p.9-23):

A pedofilia pode ser descrita de vários critérios diferentes: preferência sexual, do tipo exclusivo ou não-exclusivo, tipo de violação sexual, estratégias usadas, formas de penetração, traços de caráter, competências sociais fracas ou fortes etc.

A ação dos pedófilos pode ser praticada individualmente ou em grupos atacando uma ou várias crianças, escolhidas em locais específicos para aproximação.

Verificou-se que tanto há pedófilos sexo-maniacos, como também os que sofrem de disfunções sexuais, traumas psicológicos ocorridos durante a infância. Conforme Neumann e Schussel (2002), algumas pessoas se voltam para a pedofilia porque se sentem incapazes de terem uma relação normal com um parceiro adulto, e passam a buscar nas crianças suas satisfações sexuais, suas fantasias. Podemos aqui pensar também, no favorecimento desta situação perante a questão da relação de poder já comentada neste trabalho, e ainda nos pedófilos nominados egoístas que se servem de crianças para a sua luxúria por exemplo no caso de Porto Ferreira.¹⁴

Observa-se com base nas leituras, alguns pontos em comum na descrição do pedófilo em si. Geralmente trata-se de um indivíduo do sexo masculino, respeitado na sociedade, incapaz de levantar qualquer suspeita, educado e sedutor. Uns exclusivamente pedófilos, interessados apenas em relações sexuais com crianças, outros em relações sexuais tanto com crianças quanto com adultos. Alguns, que buscam através da pedofilia a superação de suas incapacidades físicas ou mentais de terem uma relação com um adulto, depositando sua fraqueza na criança, buscando através dela a satisfação e superação da mesma.

Vale lembrar que a importância em traçar esse perfil está em compartilhar com a sociedade alguns detalhes, comportamentos diferenciados e perceptíveis desta violência, que podem ser úteis para fins de prevenção. Que estes, passem a ser discutido nas escolas, na roda de amiguinhos e principalmente dentro da própria família, pelos adultos e entre as próprias crianças já que são elas as vítimas.

¹⁴ Vereadores de Porto Ferreira são condenados por abuso de menores. Seis vereadores, três empresários e um funcionário público acusados de organizar festas em Porto Ferreira com a presença de adolescentes e crianças. De acordo com as investigações, 12 adolescentes, com idades entre 13 e 16 anos, recebiam valores que variavam de R\$ 30 a R\$ 50 para manter relações sexuais ou participar de orgias com os acusados. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u93143.shtml>, acessado em: 02/11/2004.

Na prática deste crime, os pedófilos utilizam-se de algumas táticas para aproximarem-se de suas vítimas, planejam e avaliam tudo com intuito de nada dar errado. Na Internet, estes riscos reduzem-se a zero, pois os mesmo podem navegar de forma tranqüila, inserir, trocar e enviar materiais sem correr nenhum risco, pois ainda não existe no Brasil nenhuma lei específica para punir estas práticas.

O desafio de combate é tão grande que é possível encontrar sites que fazem apologia a este crime, como é o caso do NAMBLA¹⁵ – uma organização que incentiva a atividade sexual entre adultos e crianças, disponibilizando inclusive a cartilha do pedófilo, que ensina um pedófilo como agir, e a Sociedade Rene Guyon que tem um lema: "A melhor relação sexual é antes dos oitos anos de idade. Depois é tarde demais".

3 APROXIMAÇÃO DA VÍTIMA POTENCIAL.

O pedófilo utiliza-se de estratégias para dar início a sua aproximação, o processo de escolha das vítimas respalda em critérios como a idade, traços físicos em geral, podem sentir-se atraídos por ambos os sexos, como também podem preferir somente meninos ou meninas. Através dos gráficos abaixo, observa-se que as meninas são as maiores vítimas de abuso sexual (GRÁFICO 3), e que a faixa etária das vítimas consiste entre os 12 e 18 anos incompletos (GRÁFICO 4).

¹⁵ NAMBLA - Associação Norte Americana de Sexo entre Homens e Meninos.

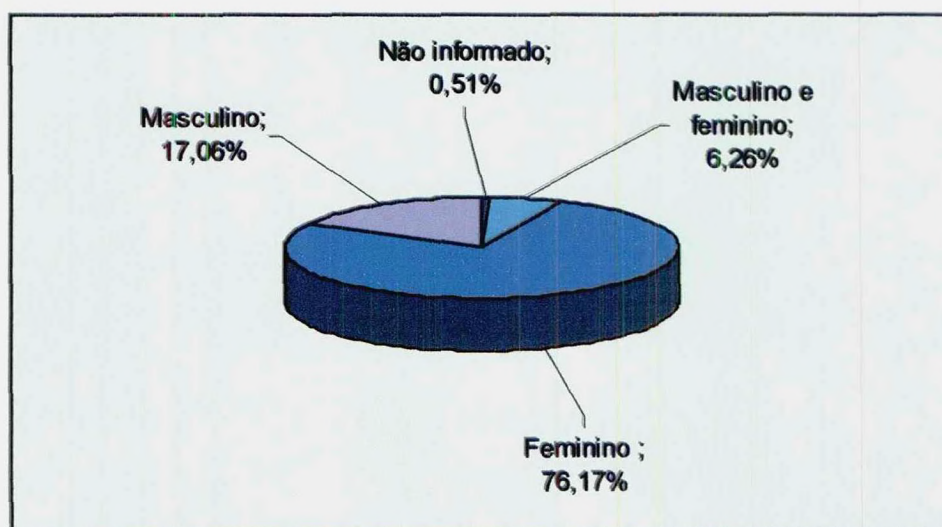


Figura 03: Sexo das possíveis vítimas.

Fonte: ABRAPIA

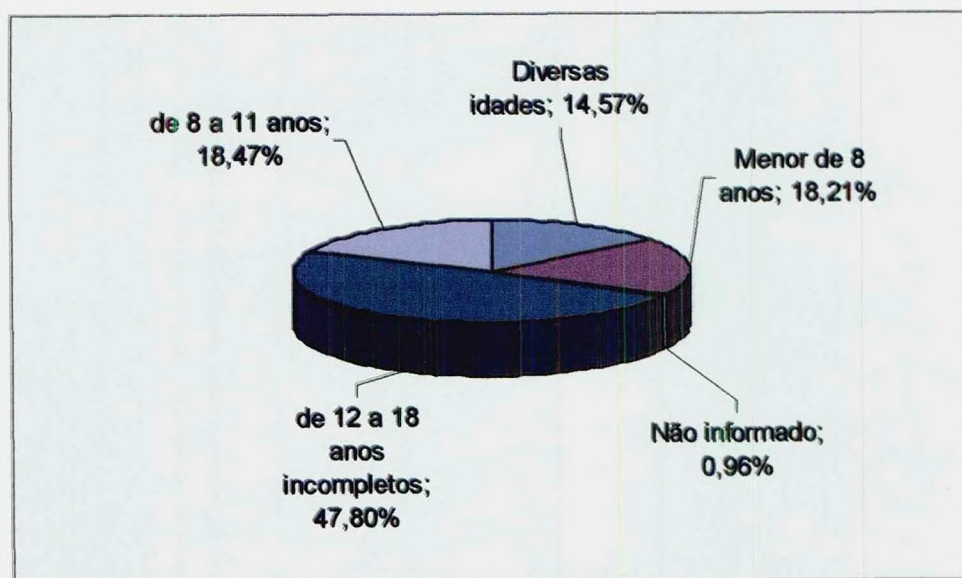


Figura04: Faixa etária das supostas vítimas.

Fonte: ABRAPIA.

Segundo o Centro de Crianças Desaparecidas e Exploradas¹⁶, a questão da pornografia pode estar diretamente ligada ao crime de pedofilia. Essa organização relata que em grande parte, o material pornográfico é utilizado pelos pedófilos como um

¹⁶ Organização de investigação de Washington, DC, financiada pelo Ministério da Justiça dos EUA.

instrumento de aproximação com crianças. Eles servem como armadilhas para amenizar qualquer reação destas aos seus futuros atos. Após conquistarem sua confiança, o material é disponibilizado ao seu alcance certo de que elas irão visualizá-los. Conhecedores de suas vítimas, sabem que as crianças são por si só curiosas.

Conseqüentemente as crianças passam a ser comparadas com tais figuras, sendo elogiadas e colocadas como superiores em sua beleza, e descrevem o ato sexual como normal, utilizando diversas comparações.

O explorador, o pedófilo desenvolve a culpa na criança. Dessa forma, faz a proposta do segredo a criança e basta certificar-se que não serão denunciados. Geralmente utilizam-se de promessas, e táticas de convencimento daí então dão seqüência aos seus atos. Este material seria usado como método de relaxamento e convencimento de que nada daquilo é errado. Esse é o começo do abuso sexual. Segundo Saffioti (1989, p.83):

A criança pode iniciar-se na pornografia olhando pornografia de adulto com o fim de estimular o seu desejo sexual. Ela começa na pornografia quando estiver preparada para corresponder à iniciativa sexual, produzindo-se o material.

Em contrapartida a questão da mídia acaba contribuindo para esta aproximação, pois diariamente assistimos crianças sendo utilizadas em comerciais, telenovelas contracenando e equiparando-se com adultos quando não, desempenhando comportamentos adultos. Esta naturalização acaba atravessando uma etapa do desenvolvimento da criança e sem percebermos elas passam a ser estimulada a tal compreensão.

A principal função da pornografia infantil é diminuir as inibições naturais da criança e mostrar-lhe que é normal as crianças se envolverem em atividade sexual... O pedófilo usa sedução, e essa sedução vem na forma de afeição e atenção. (SEVERO, 2003).

Acredito que o cerne de combate para esta questão está na educação. A forma como a sociedade está discutindo e apresentando o sexo, sexualidade às crianças?. Como estamos ensinando-as para esta etapa da vida?

Podemos refletir que tal situação bem discutida e esclarecida, e a desmistificação dos tabus, pode fazer com que crianças saibam como reagir e se comportar diante de tal assédio, tal aproximação. Esta reflexão enquadra-se também para o mundo virtual. A criança deve ser estimulada a fazer uso de novas tecnologias assim como os adultos, porém é a orientação recebida que fará a diferença. O olhar dos pais é fundamental para a maneira como seus filhos estão sendo inseridos no acesso ao mundo virtual.

Podendo servir como veículo de mediação no assédio a uma criança, a Internet contribui na exposição de crianças a uma aproximação de um pedófilo, podendo ser feitas tais abordagens em salas de bate-papo ou programas de mensagens instantâneas, que facilitam a troca de informações pessoais e o fornecimento de dados por parte desta criança sem nem ao mesmo saber quem pode estar do outro lado da tela. Um simples fotolog (página na Internet que permite a criação de uma página pessoal), que de forma inocente funciona como um diário virtual, que permite inserir fotos, registrar atividades diárias, círculo de amizades, locais mais freqüentados, escola que estuda, local onde mora etc. pode desencadear uma perseguição on line, e a vida desta pessoa pode ser acompanhada permitindo através das informações registradas uma aproximação real.

CAPÍTULO 2 – INTERNET

A Internet é o mais novo meio de comunicação que eliminou gradualmente o tempo e o espaço como obstáculos para a comunicação. Pode ser usada de várias formas positivas, mas a sua utilização imprópria pode causar também um grande prejuízo. Sua disseminação levanta problemáticas como a privacidade, a segurança e a credibilidade de dados, os direitos autorais e a lei da propriedade intelectual, a pornografia, os *sites* que fazem apologia do ódio, do preconceito, do racismo, do nazismo, a disseminação de boatos, e muito mais. Contudo, cabe ressaltar que de maneira fundamental, esta não se restringe unicamente como origem de problemas, mas como uma fonte abundante de benefícios para a sociedade. Todavia, para alcançar uma vantagem plena de alguma coisa, antes é preciso resolver os problemas intrínsecos a elas, como é o caso da Internet.

A Internet pode unir as pessoas, mas também pode dividi-las, tanto a nível individual como em grupos mutuamente suspeitos, aquilo que hoje pode ser chamado divisão digital. Significa uma forma de discriminação, que separa em classes sociais os ricos dos pobres, com base no acesso, ou na falta de, às novas tecnologias de informação. Podemos analogicamente representá-la como uma nova versão de desigualdade social, ainda que não exclusivamente no caráter econômico, mas também social e cultural.

Podemos assim, nos remeter a chamada divisão digital, conforme mencionada acima, que pode categorizar as pessoas individualmente ou em grupos, como os pedófilos que sozinhos ou organizados, encontraram na Internet uma forma para trocar, multiplicar e divulgar seu material pornográfico envolvendo crianças. Segundo Miranda & Miranda (2004, p.357-358):

A Internet, pelo seu poder sem fronteiras, serviu como instrumento facilitador para a criação de “clubes de pedofilia”, “venda de pornografia infantil”, enfim, criou-se um espaço para os criminosos, em que eles se sentiram muito à vontade, pois a Internet é um meio de fácil divulgação, porém, também de ocultação, ou seja, praticam-se crimes e se permanece às escondidas.

Em 1996, o MAPI – Movimento contra a Pedofilia na Internet, criado por pesquisadores e professores da Bélgica, realizou uma pesquisa sobre os problemas na rede referentes a presença de informações que instigam a exploração sexual de crianças. Os resultados foram apresentados em uma conferência realizada em março de 1997, entre eles, comparou-se a Internet a canais tradicionais de propagação de pornografia infantil. Constatando-se que esta rede de computadores se transformou numa facilitadora deste tipo de informação, proporcionando encontro entre pedófilos e grupos que têm a mesma idéia, dando poderes virtuais aos primeiros, fortalecendo esta prática. (BASTELAAR, 1999, p.156).

Evidencia-se que a Internet é uma ferramenta propulsiva nos casos de pedofilia que caracteriza uma forma de exploração sexual infantil.

1 SURGIMENTO DA INTERNET

No final dos anos 1960, o governo dos Estados Unidos decidiu investir em um projeto militar ambicioso: uma rede nacional de computadores interligados de tal maneira que havia várias rotas – ou caminhos – para a informação trafegar por essa rede até chegar ao seu destino. Dessa forma, na eventualidade de uma guerra que atingisse o país, essa densa malha de comunicação poderia garantir um significativo diferencial estratégico.

Essa foi uma época propícia para se pensar em tal projeto. Diversas pesquisas acadêmicas já teorizavam sobre formas de comunicar os grandes computadores (*mainframes*) que se encontravam nas Universidades espalhadas pelo país. Unindo os dois interesses, foi constituída a ARPANET em 1969, uma pequena rede experimental de computadores criada com objetivo de partilhar recursos computacionais, como bancos de dados, computadores de alto desempenho e dispositivos gráficos para fins militares.

A partir da década de 70, a *Internet* foi incorporando inúmeras redes universitárias e organizações científicas em todo o mundo.

Na metade da década de 80 em diante houve uma crescente utilização da *Internet*, e a proximidade da rede com o mundo acadêmico gerou diversos resultados, entre eles a interligação com diversas outras redes de computadores – paralelas ao projeto ARPANET. Em 1983, a fim de estabelecer um protocolo comum de comunicação com essas outras redes, foi eleito o protocolo TCP/IP (arquitetura de redes) como língua oficial da Internet, permitindo assim que todos os computadores pudessem se comunicar utilizando um único idioma. Desde então, redes de todo o mundo têm se conectado à grande rede – já denominada Internet desde esse mesmo ano – para fins de pesquisa e trocas de experiências.

Em 1990, com a expansão da Internet e o advento de diversas tecnologias mais acessíveis ao mundo fora das Universidades, como por exemplo a *World Wide Web* (WEB), têm-se popularizado o seu uso para as mais diversas finalidades e interesses. Para acessá-la, é necessário que um usuário tenha acesso a um computador conectado à rede, o que até recentemente no Brasil, era restrito a instituições de pesquisa nas universidades. Somente a partir de 1995 é que surge a oportunidade para que usuários externos a estas instituições acadêmicas também tivessem acesso a *Internet*, e a partir daí a iniciativa

privada passou a fornecer esse serviço às pessoas em empresas.

Hoje, a Internet é uma rede de escala mundial, a qual provê um amplo canal de troca de informações entre os povos. Essas informações, pela forma como foi concebida a rede, podem ser de diversas naturezas: documentos, fotos, vídeos, etc.

Quase instantaneamente, as informações atravessam o mundo até chegar às telas dos computadores, em segundos uma mensagem eletrônica cruza os continentes e chega ao seu destinatário, independente do tipo de conexão (interligada via ondas de rádios, fibras óticas, satélites, a cabo etc.). Entretanto, toda essa infra-estrutura não foi concebida, em sua essência, provida de funcionalidades como qualidade de serviço e segurança da informação. Hoje, essas funcionalidades são consideradas básicas para o uso da grande rede, dada a dimensão e as formas de uso que a mesma possui.

Contudo, a mesma liberdade que se dá para a troca de dados também se aplica ao comportamento dos seus usuários, o que leva a crer que a Internet é um espaço virtual semi-anárquico (regulado por algumas regras de cunho tecnológico) e sem fronteiras; outrossim, acaba se tornando o terreno ideal para a prática de ações que produzem menos impacto ou discriminação que no mundo real.

A Internet, pode ser utilizada como uma ferramenta poderosa para o trabalho individual ou em grupo, assim como para a educação, informação etc. Excelente para comunicação, se usada adequadamente, ou pode ter seu uso desvirtuado quando utilizada de forma transgressora. Para fins de compreensão, pode-se utilizar como analogia um bisturi, o qual foi concebido como um instrumento criado para auxiliar no exercício de algumas profissões, mas que também pode ser utilizado como uma arma para ferir alguém.

De qualquer maneira, a Internet tornou-se uma ferramenta de trabalho, comunicação, informação e entretenimento para os seus usuários, e é cada vez maior o número de pessoas que buscam pelo acesso a *Internet*.

Segundo dados da *Pnad*¹⁷ 2003, divulgados pelo IBGE:

Em 2003, 15,3% das residências brasileiras contavam com microcomputador. Em 11,4%, a máquina tinha acesso à Internet. Entre os bens duráveis, a proporção de moradias com computador foi a que mais cresceu nos últimos anos. De 2001 para 2002, o crescimento foi de 15,1%. De 2002 para 2003, de 11,4%. Entre os que tinham acesso à Internet, o aumento foi de 23,5% (de 2001 para 2002) e 14,5% (de 2002 para 2003).¹⁸

Estas informações constataam a velocidade com que esta tecnologia está se inserindo na sociedade, através da disponibilização de recursos aos quais instiga o fascínio e a curiosidade do usuário através da possibilidade de trocar e-mails, mensagens em tempo real – e que podem ou não conter bom conteúdo. É preciso ter acesso à informação, saber buscá-la e encontrá-la, dominar seu uso, organizá-la e entender suas formas de organização, e, sobretudo, utilizá-la apropriada, adequada e eficazmente. (SPITZ, 1999).

Assim como o bisturi mencionado acima, a Internet é uma ferramenta, um meio de trabalho que vem sendo utilizada tanto para o bem quanto para o mal. Já faz parte do dia-a-dia dos brasileiros sendo discutida por todos os meios de comunicação convencionais como a televisão, rádio, jornais etc.

Um balanço dos últimos dois anos de Internet no Brasil feito pelo Ibope e Ratings informa que de setembro de 2000 a setembro de 2002 o número de usuários cresceu, em média, 50%, passando de 5,1 milhões de internautas ativos há dois anos para 7,68 milhões em outubro do ano de 2002.

¹⁷ Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios.

¹⁸ Veja em: <<http://info.abril.com.br>>. Acesso em 29/09/2004, por Luciana Benatti, do Plantão INFO.

Independente de se ter ou não um computador em casa, hoje o acesso à Internet é disponibilizado em espaços públicos, cibercafés, espaços compartilhados, possibilitando um aumento no número de usuários e internautas, acesso até então restrito a computadores particulares. Isto significa que a pessoa não precisa necessariamente ter um computador para ter acesso ao mundo virtual, ela pode fazer uso dele através dessa disponibilidade de serviço em espaços públicos ou privados em que são cobradas as horas navegadas.

Oferecendo um leque de opções no seu acesso, a *Internet* permite a utilização e criação de *sites*, enviar e receber mensagens instantâneas que permite trocar fotos em que seus autores não necessitam de uma identificação legítima, facilitando dessa forma a prática de crimes virtuais como a Pedofilia e pornografia infantil. As páginas da Web são conhecidas tanto pelos pedófilos quanto pelas pessoas que se dedicam a este tipo de negócios, sabendo exatamente onde localizar suas vítimas. Segundo Sandro D'Amato Nogueira¹⁹, existem estatísticas dizendo que tais criminosos já lucraram mais de 600 milhões de dólares. Trata-se de um comércio de fotos e vídeos envolvendo crianças em situações bizarras utilizada pelos pedófilos para realizarem suas fantasias sexuais, efetuarem trocas e comercializar fotos, filmes etc. Isso já está caracterizado como um comércio organizado e que faz girar milhões de dólares por ano.

De acordo com a ampliação do uso da Internet, podemos dizer que cresceu também o abuso. Se logo ao surgir, seu conteúdo era destinado aos adultos, pesquisadores, acadêmicos e militares, hoje este meio virtual precisa de gerenciamento, já que houve uma variação na população usuária, que passou a incluir crianças e outros grupos. Diante disso fez-se necessário tornar disponível algumas ferramentas e serviços que possibilitem tal

¹⁹ Conciliador do Juizado Especial Cível. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/eca0010.htm>>. Acesso em: 14/10/2004.

gerenciamento. Passou-se então a pensar no desenvolvimento de softwares, em serviços especiais e projetos na Web voltados para o fornecimento de uma segurança mínima em seu acesso, softwares que filtrassem informações, bloqueando determinados servidores e telas ou monitorassem a navegação do usuário. Foram criados sistemas fechados de intranet e instrumentos especiais de busca para crianças e de controle por parte dos pais.

2 CRIAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SITE

Hoje em dia, o processo de criação e divulgação de um site pode ser considerado bastante simples. Além de programas desenhados especialmente para facilitar a construção de sites, há na grande rede uma série de portais que oferecem hospedagem grátis. Esses últimos, em especial, oferecem todos os recursos necessários para a construção de um site (com textos e imagens) além de prover um endereço para ser acessado por qualquer usuário da *Internet*.

Para ter-se uma idéia do poder conferido por esses sites, é possível se cadastrar e criar uma página inicial em aproximadamente 5 minutos. A partir daí, textos e imagens, sem qualquer tipo de controle do seu conteúdo, podem ser armazenadas e instantaneamente liberadas para consulta pública. Muitos falam com muitos e muitos respondem de volta (DIZARD, 2000, p.23). Em outras palavras, com a possibilidade de assumir o “controle” da tecnologia, “usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa” (CASTELLS, 1999, p.50-51).

Nesse terreno quase anárquico da *Internet*, algumas regras são impostas por cada portal ou site, entretanto o monitoramento das informações publicadas nem sempre se faz eficaz, uma vez que é geralmente executado por sistemas computacionais que buscam

por palavras e/ou expressões consideradas indevidas, tais como palavrões, obscenidades, etc.

Uma outra realidade na rede são os sites registrados, os quais possuem um domínio próprio. Assim como o caso anterior, qualquer pessoa pode registrar um domínio próprio, bastando efetuar o cadastro em algum site de registro da Internet. No Brasil, há um site específico para tal: <http://registro.br>. Em tese, é possível identificar o responsável por cada site. Pois ainda nesse, qualquer pessoa ao criar um site e registrar pode preencher utilizando dados de uma outra pessoa. Nos demais países, vários sites se responsabilizam em mesmo grau pelo feito, o que significa que as divisas geográficas, nesse caso, resumem-se a dados teóricos. Uma vez feito o registro, é o momento de contatar um provedor de acesso à Internet, o qual servirá de hospedeiro ou intermediário do site.

Em ambos os casos acima descritos, o processo de registro e/ou de divulgação pode ser feito anonimamente. Esses dois fatores: anonimato e inexistência de divisas geográficas, dificultam ou mesmo impossibilitam associar uma informação na rede ao seu verdadeiro autor.

Torna-se difícil imaginar até onde vai a capacidade de abrangência do mundo virtual, mas não podemos nos remeter a acreditar que ele é o que é por si só. Devemos sempre nos lembrar que tudo que existe na Internet foi criado pelo homem. A inacreditável variedade de cenas exóticas e estranhas ao gosto comum que podemos encontrar nesta nova mídia (como assim é chamada por alguns), ultrapassa a nossa imaginação. São sites de pedofilia, pornografia infantil, sadismo, magia negra, racismo, masoquismo, todos os “ismos” possíveis.

Estes sites extrapolam as crenças e costumes de uma sociedade. São criados e desenvolvidos no interior de sociedades conservadoras nos mais diversos aspectos –

referindo-me aqui no cerne da questão do sexo. É o caso da sociedade japonesa, famosa por ser rigorosamente conservadora, que acaba sendo permissiva em relação aos nacionais e turistas através dos conhecidos sites virtuais com danças pornô on line na maioria das vezes protagonizados por meninas de 13, 14 anos exploradas, que buscam algum dinheiro extra²⁰.

Apesar destas ilustrações referidas à Internet, lembramos que grande parte da Internet ainda dedica-se à cultura, esporte, lazer, noticiário etc. Mas interessa-nos deixar claro que por mais estarrecedor que seja este “*lado negro*” da Internet ele faz parte desta nova realidade do mundo, tendo cada vez mais quem faça uso dela, caracterizando um comércio garantidor de dinheiro fácil, utilizando crianças exploradas sexualmente. E o mais intrigante é pensar que a oferta aumenta conforme sua procura.

Dessa forma, frente a estas páginas pornográficas, também foram desenvolvidos programas de bloqueios destinados a dificultarem a aproximação de crianças a estes sites. Estes podem ser utilizados pelos pais que objetivam manter seus filhos afastados desse material. Funcionam como verdadeiros guardiões cibernéticos, onde alguns permitem que a modificação seja feita pelo usuário e outros já vêm prontos de fábrica, não permitindo qualquer modificação. Nessa direção, os pais podem fazer uso destes programas em seus computadores residenciais garantindo uma navegação (em tese) protegida para seus filhos.

O acesso a estes sites pornográficos, de pedofilia, além de permitirem a divulgação da inocência roubada na rede mundial, acaba adotando uma postura de apologia a tais crimes, haja vista que pode influenciar ou customizar seus usuários a visualizarem

²⁰ Reportagem de um jornal de língua inglesa, republicado no Brasil através da Gazeta Mercantil. Disponível em: < http://buscalegis.ccj.ufsc.br/arquivos/juiz_processa_menor_por_pornografia_na_internet.htm>.

tais fotos, cenas, filmes tomando como algo rotineiro, banalizado. Podemos acrescentar que muitos destes sites podem contribuir para o aumento de crimes sexuais contra menores.

3 PROGRAMAS E TECNOLOGIAS DE BLOQUEIOS

Pode-se afirmar que a Internet não possui um dono, alguém que mande nela, mas apenas grupos ou entidades que regulam alguns serviços da mesma. Flui quase sem controle, quase sem censura, quase sem restrição, somos todos criadores e mantenedores desta grande rede, podendo ignorar e mesmo transgredir regras de conduta e moral do mundo real.

As chances de deparar-se com fotos de conteúdo pornográfico envolvendo ou não crianças são grandes. O casal Anderson e Roseane Miranda, criadores do site Censura²¹ (responsáveis pelo lançamento da Campanha Nacional de Combate a Pedofilia pela Internet), por exemplo, estavam em uma sala de bate papo, aparentemente sem qualquer relação com a pornografia, quando foram surpreendidos por cenas de violência envolvendo uma criança de 6 anos sendo estuprada. Segundo eles, foi o motivo pelo qual iniciaram todo um movimento de conscientização referente a esse assunto.

Nos outros veículos de mídia, como por exemplo o jornal, a informação se encontra em um contexto escolhido e delimitado pelo leitor. A notícia que não agrada pode ser ignorada. Já na Internet, a informação ganha um poder mais ativo, podendo ser transmitida ao leitor sem a sua requisição ou permissão.

²¹ MIRANDA, 1998. <www.censura.com.br> Site da Campanha Nacional de Combate a Pedofilia pela Internet.

Sites podem evocar outras páginas cujo conteúdo transcende o desejado, e mesmo alguns vírus²² mais modernos têm sido concebidos para divulgar endereços de conteúdo pornográfico. Estes vírus podem ser vistos como uma oferta espontânea do material pornográfico. Por trás desses vírus e sites, estão os criadores dos conteúdos, que se apresentam de forma organizada e articulada que tentam despertar o interesse ou a curiosidade do usuário pelo material. São conhecedores dos caminhos a serem percorridos na Web para aumentar o mercado consumidor de seus produtos, assim como também conhecidos pelos pedófilos que se satisfazem utilizando tais materiais.

Uma forma de estabelecer o controle no acesso e bloqueio destes sites é a instalação de programas desenvolvidos para estes fins. Estes programas servem para bloquear *sites* de conteúdo indesejável, seja em uma residência, em uma empresa ou escola, ou podem ser utilizados apenas por alguns provedores de serviços on-line. Existem aqueles destinados exclusivamente para afastar das crianças estes sites. Nestes algumas palavras-chave impedem o acesso a tais ou quais páginas, podendo inclusive em alguns, ser modificado o banco de dados conforme a vontade de seu usuário, e outros que já vem pronto de fábrica e não permitem nenhuma alteração. Alguns são conhecidos como: Cyber Patrol²³, (patrulha cibernética) o SurfWatch²⁴ (o olheiro da navegação), o Net Nanny – (que nina a criança pela Internet), o Inter Go (vamos pela Net), o Net Shepherd (o pastor da Internet), o Specs for Kids (óculos para as crianças), o CyberSitter (uma espécie de baby sitter para o ciberespaço), etc.

Dentre eles, o Netfilter, que consiste em um serviço completo de filtragem de conteúdo Web, que elimina páginas de sexo, pornografia, drogas e violência do seu

²² Programas de computador que visam abusar dos recursos computacionais para fins nocivos. Geralmente são introduzidos através de correio eletrônico ou sites de conteúdo “indesejáveis”.

²³ Disponível em: www.enough.org.

²⁴ Disponível em: www.cyberangels.com.

computador (NETFILTER, 2004). Dessa forma, seja em uma empresa, repartição pública, cybercafé, escolas em que os usuários são de alta rotatividade, o programa de bloqueio impedirá ou minimizará o seu uso inapropriado.

Um outro programa de bloqueio é o The Family Browser, que realiza uma varredura em cada site carregado e seleciona aquilo que pode ou não ser mostrado. O material presente na página é checado. Se algo suspeito for encontrado, um alarme dispara. O The Family Browser também é capaz de gerar estatísticas sobre os hábitos dos usuários.

Dessa forma, o Family Browser deve ser usado para monitorar crianças mais jovens que não usam programas de bate-papo ou redes de troca de arquivos.

Para adolescentes, o mais indicado é o NetNanny já citado acima. Ele permite que o administrador escolha entre quatro níveis de privilégios – o primeiro permite acesso total à rede, e o último restringe totalmente o uso do computador. (NAVEGUE MELHOR, 2004).

Entre vários outros, existem alguns mais recomendados para uso empresarial ou em repartições públicas. Destacam-se o Squid²⁵, o PF (Package Filter, filtro de pacotes) e Iptables, etc.

²⁵ Disponível em: <<http://www-squid-cache.org>>.

CAPÍTULO 3 – LEGISLAÇÃO

A sociedade brasileira passou a voltar seu olhar à criança e adolescente dentro de uma outra perspectiva (da sociedade voltar o olhar para as crianças enquanto sujeitos de direitos) de entender a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Todavia é importante fazer um breve levantamento da trajetória nacional percorrida até esta conquista.

Em 1927, foi criado pelo juiz de menores Mello Mattos o primeiro Código de Menores, que enfatizava a questão da higiene e da delinquência na infância.

No ano de 1940, com o Código Penal, os adolescentes eram referidos como menores. Em seus artigos 217 e 218, o Código prevê o delito de sedução e corrupção de menores²⁶ respectivamente, em que é considerado crime:

Art.217. Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze), e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança: Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 218. Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Nosso Código necessita de aprimoramentos, visto que a sociedade se constitui de uma verdadeira organização plena de mutações e evoluções. Conseqüentemente, podemos, dizer que nosso Código Penal não espelha mais nossa sociedade. Faz-se necessário desconsiderar uma série de crimes e criminalizar outras práticas, como as mencionadas pedofilia e pornografia através da Internet.

²⁶ Lê-se, no Código Penal, menor é a pessoa menor de 18 e maior de 14 anos.

Retomemos portanto a trajetória nacional dos direitos da criança e do adolescente. Entre 1964 e 1980 – no auge da ditadura militar – duas leis foram particularmente importantes, a Lei 4.513/64 (Política Nacional de Bem-Estar do Menor), e no que se refere à proteção e vigilância aos menores em situação irregular a Lei 6.697/79 (Código de Menores), de caráter punitivo e assistencialista.

É somente em 1990 com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) que a criança e o adolescente recebem um tratamento especial, e crimes antes não previstos passam a ser previstos. Por criança entende-se a pessoa até doze anos de idade incompletos, e por adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. O Estatuto proporcionou uma visão ampliada ao tratamento em relação à criança e ao adolescente em vulnerabilidade social.

Ainda que o Estatuto tenha sido criado com novos olhares, trazendo enormes avanços em termos de direitos e proteção, as inovações do mundo virtual que começaram a surgir aproximadamente cinco anos depois do Estatuto criaram uma nova necessidade para atender aos crimes da pedofilia e pornografia infantil disseminados desde então pela Internet. Os artigos 240 e 241 do Estatuto definem:

Art. 240 - Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica:

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo Único - Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracenar com criança ou adolescente.

Art. 241 - Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão de um a quatro anos.

Todavia, os artigos acima não previram ao mundo virtual o que acaba gerando uma segurança aos pedófilos, aos “clubes de pedofilia virtual” e aos grupos organizados e especializados em disponibilização de materiais pornográficos que encontraram na Internet

um lugar aprazível para suas práticas. Em contrapartida, a sociedade ficou vulnerável em termos de legislação específica deixando para eles esta “porta aberta”. Desde então o combate à pedofilia e à pornografia infantil na Internet tem encontrado diversas barreiras e dificuldades em ser penalizados. Conforme o Art.1º do nosso Código Penal:

Existe um princípio do direito que um indivíduo não pode ser processado sem que haja lei anterior a respeito daquele tema. O Código Penal fala em crimes reais e não virtuais. Por isso um internauta não pode ser processado por pedofilia ou racismo mas é um imprevisto.²⁷(BRASIL, 1940).

A pedofilia exposta na rede mundial de computadores e a divulgação de materiais pornográficos estampam o sofrimento, a humilhação e o medo de crianças violentadas causando um desconforto nas autoridades e na sociedade em geral.

Diante desta nova realidade, após manifestações da sociedade civil organizada, em novembro de 2003, foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República a Lei n.º 10.764 a alteração da redação do artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, deixando claro o crime da pedofilia praticado através da Internet, determinando uma nova redação, conforme a seguir:

Art. 241. Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, **inclusive rede mundial de computadores ou Internet**, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente:

Pena - reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

- I - agencia, autoriza, facilita ou, de qualquer modo, intermedeia a participação de criança ou adolescente em produção referida neste artigo;
- II - assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do **caput** deste artigo;
- III - assegura, por qualquer meio, o acesso, na rede mundial de computadores ou Internet, das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do **caput** deste artigo.

²⁷ Site: <<http://www.estadao.com.br/>>, in <www.estadao.com.br/editoriais/2000/11/29/ger863.html>, 29/11/00 por Luciana Nunes Leal.

Esta alteração na Lei 8.069/90 representa uma conquista a mais nas medidas de proteção das crianças e dos adolescentes. Mas ainda é o início de uma trajetória, pois há outras dificuldades que são apontadas no combate a pedofilia e pornografia infantil pelos órgãos nacionais e internacionais envolvidos neste combate, como a Interpol e a Polícia Federal, e também há outros fatores que dificultam os trabalhos da fiscalização de crimes na WEB. São fatores como a territorialidade: para saber a procedência do crime, identificar qual o provedor utilizado para a construção e divulgação dos sites, os autores das fotos e filmes, fotógrafos, produtores etc., e qual a data real do fato. Nos casos envolvendo adolescentes é mais difícil sua identificação ao certo, pois ainda que o agente localize o adolescente, em depoimento este pode alegar que declarou ser maior no momento das fotos, e até mesmo pelas suas características físicas aos 16, 17 anos muito semelhantes às de um adulto. De acordo com Carla Rodrigues Araújo de Castro(2001):²⁸

Ausente o conhecimento, não há dolo, elemento subjetivo do tipo. É lógico que a acusação pode sustentar a incidência do dolo eventual, ou seja, o agente desconfiou da idade e sem saber ao certo, divulgou as fotos. Caberá ao juiz, diante do caso concreto, solucionar a questão.

Algumas destas dificuldades encontradas pela polícia no combate ao crime digital segundo Mauro Marcelo de Lima e Silva pode ser resumida em: “Sites com desenhos pornográficos, fotos alteradas digitalmente, (mulheres tem as características físicas reduzidas digitalmente e pelos apagados para aparentarem menoridade), fotos enxertadas (rostos de atrizes e corpos de menores), fotos de crianças e adolescentes reproduzidas de revistas européias de norte-americanas sobre nudistas e naturistas. São situações complicadas e ficam no limiar entre o erotismo, pornografia, curiosidade e brincadeira”. (LANDINI 2000:102).

²⁸ Promotora de Justiça no RJ.

Ainda sobre as dificuldades encontradas em uma fiscalização da Internet o Senador Valmir Amaral(2004)²⁹ explica:

De acordo com a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, do Rio de Janeiro, ao Poder Público compete agir, no caso de sítios estrangeiros, somente quando as vítimas (as crianças) forem brasileiras e identificáveis, o que resulta numa ação quase impossível, dadas as imensas dimensões do País.

É possível compreender a existência de tantas dificuldades em se tratando de um campo complexo como o da rede mundial de computadores. No entanto, faz-se necessário uma revisão do nosso Código Penal, a aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente e também a criação de emendas constitucionais ou leis que se apliquem ao mundo da Internet. Para este trabalho foi realizado o levantamento de alguns projetos lei existentes em prol do combate a pedofilia e pornografia infantil, em sua grande maioria muito semelhantes entre si, porém até a presente data nenhum foi ainda votado, sancionado e publicado no diário oficial da União. Cabe destacar alguns destes projetos lei.

Ⓔ Projeto de Lei 1070/95: a proposta visa a configuração como crime para quem disponibilizar na rede mundial de computadores, sem sistema específico de controle de acesso, textos, sons e imagens de conteúdo pornográfico. Pena prevista: 1 a 4 anos de prisão³⁰.

Ⓔ Projeto de lei 3016/00: visa punir todos os crimes de informática, em especial a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia. Esse projeto prevê a identificação da pessoa que está participando da sala de bate-papo por meio do provedor.

²⁹ Senador Valmir Amaral. "Necessidade de ações efetivas para coibir a proliferação de sítios de pornografia infantil via Internet, no Brasil - 12/02/2004. Disponível em: http://www.valmiramaral.com.br/disc_pedo_internet.htm. Acesso em: 04/11/2004".

³⁰ Disponível em: <<http://informatica.terra.com.br/interna/0,,OI337882-EI553,00.html>>. Acesso em: 25/07/2004.

Ⓔ Projeto Lei 89/03³¹: pretende tratar de uma maneira ampla e sistematizada dos crimes cometidos através dos meios informáticos. Estendendo o campo de incidência de algumas figuras já previstas no Código Penal para novos fenômenos ocorrentes nos meios desmaterializados, impossíveis de terem sido previstos pelo legislador de 1940.

Ⓕ Projeto de Lei 3301/04³²: que visa a definição de responsabilidades para os provedores de acesso e criação de regras para o registro de usuários da Internet. Cabe as empresas que oferecem o acesso à Internet a elaboração, execução e fiscalização da nova política de segurança o que deverá informar aos seus usuários sobre esta política. Ainda neste documento será regulamentada a conduta do usuário especificando penas tanto para internautas como para os provedores que praticaram ações ilícitas.

Conforme podemos perceber, os projetos lei acima relacionados abordam a questão da disponibilização e do material em si, há uma carência de discussões que vale ser ressaltadas que estes sites proporcionam. Trata de um outro lado da pedofilia e pornografia infantil na Internet, o lado da apologia ao crime, e o da co-autoria seja das pessoas envolvidas na produção, disponibilização como para quem visualiza tais materiais. Este último, por entrar no mérito também da privacidade de cada indivíduo não cabe aqui discuti-lo. Ambos os crimes estão previstos no Código Penal nos artigos 222 e 287 respectivamente.

Referente à apologia a visualização do material pornográfico pelos internautas pode não ter maiores consequências (ainda que este usuário tenha consciência que o que vê se trata de um crime), pode também incentivar ou interessar o usuário a práticas criminosas. A discussão da influência da mídia nos telespectadores se aplica à Internet. A crescente disponibilização do material e a cada vez mais ocorrência de sua

³¹ Projeto de Lei do Deputado Luiz Piauhyllino.

³² Projeto de Lei do Deputado Marcos Abramo (PFL – SP).

visualização pode acabar caindo na “sensação de normalidade”, de “rotineiro”. A sociedade pode adormecer para estas visualizações e passar a não se envolver mais na situação, entendê-la como algo natural.

Já no crime de co-autoria refiro-me ao ato anterior a publicação das imagens, o cenário no momento da violência sendo praticada contra a criança. Todos os outros co-autores telespectadores presentes. Ampliando ao espaço da recepção do material, edição, seleção, até o momento da publicação. Podemos perceber que se trata de uma extensa teia mundial de criminosos que de forma organizada agem no mundo virtual e ganham milhões com isso sem serem punidos.

De acordo com o Customs Child Pornography and Protection Agency Americana, “não existe nenhum país no mundo onde os pedófilos não produzam, troquem ou vendam pornografia infantil”. (Tate, 1990, p.30).

Se as dificuldades de localização, territorialidade, provedor, forem superadas através de um trabalho conjunto entre sociedade civil, Interpol, Polícia Federal, Comissão dos Direitos Humanos, centrais de disque denúncias, etc. seria possível punir estes criminosos através dos delitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e também alguns artigos do Código Penal, conforme afirma José Rodrigues Moutinho³³ (2000): “Os responsáveis por um site de pedofilia pode responder processo por corrupção de menores (art.218), por atentado violento ao pudor (art.214) e publicação de fotos obscenas art.241 do ECA). Para estes a lei prevê de 4 a 10 anos de prisão.”O silêncio das autoridades é comum quando o assunto é pedofilia na internet. Os processos se arrastam. O Ministério Público e a Polícia Federal ficam em um jogo de empurra³⁴. Segundo Sandro D’Amato

³³ Presidente da OAB de São José. disponível em: www.valeparaibano.com.br. Acesso em: 25/07/2004.

³⁴ Escândalo na Internet. Matéria do Globo Repórter exibida em: 09/09/2004. Disponível em: < <http://redeglobo6.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-3885-5-61227,00.html>> . Acesso em: 10/09/2004.

Nogueira³⁵ (2001), é importante lembrar que apesar das dificuldades, hoje no Brasil há muitos inquéritos instaurados contra suspeitos de pedofilia e pornografia infantil na Internet.

O combate à pedofilia e à pornografia infantil na Internet exige um trabalho global, de investimentos, uma equipe capacitada em tecnologia e recursos humanos a colaboração e envolvimento entre países, tão amplo quanto a abrangência da Internet tudo aliado ao foco principal desta luta que é a *educação dos usuários*, “mais do que proteger nossas crianças, devemos ensiná-las a se defender” diz Auclair (1999, p.123).. A existência de leis específicas aos crimes virtuais é importante como subsídio para a punição destes criminosos assim como para a inibição dos mesmos. É momento de despertar a sociedade para este problema e alguns órgãos já existentes estão de forma competente engajados nessa questão trabalhando de forma articulada entre a Polícia Federal, Ministério Público Federal e Estadual, a Polícia Civil, ABMP, ABRAPIA, CECRIA, CRAMI, RECRIA, UNESCO em parceria também com algumas Campanhas Nacionais.

³⁵ Conciliador do Juizado Especial da Comarca de Guarulhos/SP. Membro colaboradores do IPAM – Instituto Paulista de Magistrados – Cursando a 15ª Turma da Escola Paulista de Júri. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/eca0010.htm>> . Acesso em: 25/09/2004.

1 PROGRAMAS, CAMPANHAS, MOBILIZAÇÕES EXISTENTES

As questões relacionadas à violação dos direitos das crianças e adolescentes têm sido cada vez menos toleradas e mais denunciadas através de alguns órgãos de imprensa, instituições de atendimento especializado como os Conselhos Tutelares, os programas como SOS criança, campanhas de combate a nível nacional; os fóruns etc., enfim, são movimentos organizacionais da sociedade civil que lutam pelos direitos da Criança e do Adolescente norteados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Constituição Federal de 1988, Comissão dos direitos humanos, etc.

Primeiramente, destaca-se o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes comemorado em 18 de maio, e o dia estadual (Santa Catarina) 24 de julho. Nessas datas são realizadas mobilizações em diferentes regiões brasileiras, da sociedade e de organizações que de forma conjunta e articulada estão envolvidas no combate dessa violência.

É importante destacar as mobilizações de maior abrangência que com certeza servirão como referência na propagação destas mobilizações em prol da mesma questão:

Fundada em 1988, a ABRAPIA³⁶, Organização Não-Governamental, entidade privada com objetivos públicos, surgiu através do Serviço de Pediatria. Dr. Lauro Monteiro que reuniu profissionais da área de Saúde, Educação, Direito e Serviço Social montando uma equipe designada à criação de um centro de referência para o desenvolvimento de ações e pesquisas direcionadas às crianças e adolescentes, vítimas de violência intrafamiliar. Reconhecida como utilidade pública nos três níveis: federal, estadual e

³⁶ ABRAPIA. Disponível em: <www.abrapia.com.br>. Acesso em: 07/10/2004.

municipal se destaca com o disque denúncias que inclui a pedofilia e pornografia infantil pela Internet.

CRAMI³⁷ - Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD, é uma Organização Não Governamental fundada em 1988 e declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal. Têm como missão: propiciar atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e desenvolver ações preventivas possibilitando a defesa e proteção de forma incondicional.

CECRIA³⁸ – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Criado em setembro de 1993, para somar ao movimento social em defesa dos direitos de crianças e adolescentes por meio de estudos e ações relacionadas à violação dos direitos de crianças e adolescentes.

RECRIA³⁹ – Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Tem como suporte o CECRIA, criado para enfatizar a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em 1997 foi criado o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil⁴⁰, que tem como objetivo receber, repassar, tratar, divulgar, monitorar e avaliar denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes. Conjecturou Unidades de Referência em cada Estado, tornando-as responsáveis pelo recebimento de denúncias.

Campanha Nacional de Combate à Pedofilia na Internet⁴¹, criada em 1998. Objetivando impor na rede, meios legais para coibir tais atitudes criminosas. Recebendo e repassando denúncias, analisam todo material e encaminham à Polícia Federal, Interpol, Ministério Público e algumas Ong's ligadas à causa.

³⁷ CRAMI. Disponível em: <www.crami.org.br>. Acesso em: 07/10/2004.

³⁸ CECRIA. Disponível em: <www.cecria.org.br>. Acesso em: 07/10/2004.

³⁹ RECRIA. Disponível em: <www.recria.org.br>. Acesso em: 07/10/2004.

⁴⁰ ABRAPIA. Disponível em: <www.abrapia.com.br>. Acesso em: 07/10/2004.

⁴¹ Campanha Nacional de Combate à Pedofilia na Internet. Disponível em: <www.censura.com.br>. Acesso em: 07/10/2004.

NUNET/RS⁴² – Núcleo de Prevenção e Repressão a Crimes de Exploração Sexual praticados contra Crianças e Adolescentes na Internet. Ação integrada entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul com a Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, com o apoio do Ministério Público Federal e do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil. Assinaram Protocolo de Cooperação Técnica visando combater a Pedofilia (pornografia infanto-juvenil) na Internet, disponibilizando um *link* para que a comunidade colabore denunciando a publicação de imagens de cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

As providências no âmbito internacional têm servido como referência para o Brasil que ainda caminha a passos pequenos na luta de combate a crimes praticados via Internet. Como exemplo disto, podemos citar uma operação que tornou-se muito conhecida devido as suas proporções realizada pela Interpol em 1998, denominada como “CATEDRAL”, que contou com um aparato policial de doze países para a prisão de mais de cem pessoas supostamente envolvidas com um grupo de pornografia infantil conhecido como *Wonderland*.

Em 1999 o Brasil, através do Ministério Público do Rio de Janeiro, implementou tal operação que ficou conhecida como Operação Catedral-Rio. Através desta foi possível localizar nesta região uma rede de 30 pessoas envolvidas com tais crimes. Foram acusados de trocarem e armazenarem materiais obscenos. Segundo o promotor Romero Lyra:⁴³ “Armazenar material pornográfico com crianças constitui delito”.

Outro expressivo acontecimento de âmbito internacional referente a preocupação com este tema “*Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes; Pornografia e Pedofilia na Internet*,” foi um encontro promovido pela UNESCO em Paris, realizado em 1999, que

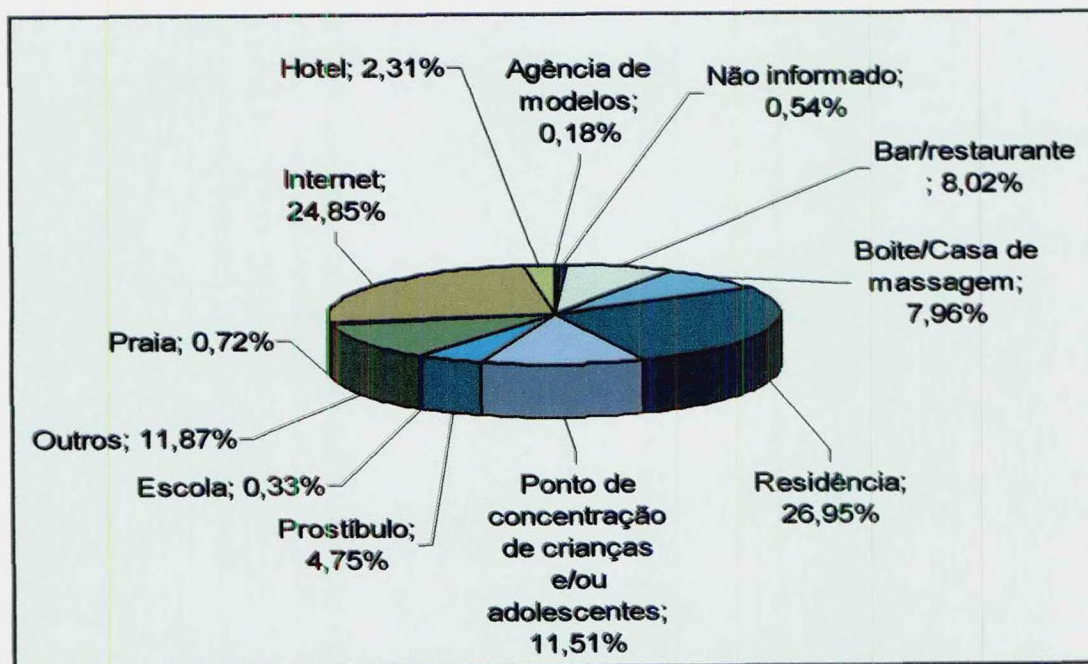
⁴² NUNET/RS. Disponível em: <www.mp.rs.gov.br>. Acesso em: 07/10/2004.

⁴³ Disponível em: <http://www.violenciasexual.org.br/frn_imprensa_adulto.html#denuncias> Acesso em: 04/11/2004.

reuniu vários especialistas no assunto. Reportando-se ao Brasil, algumas instituições reconhecidas estão comprometidas na operacionalização de combate, disponibilizando centrais de denúncias e através de suas estatísticas criam uma demanda visando buscar junto aos órgãos competentes, maneiras de intervir junto a esta questão. A exemplo do site Censura (<http://www.censura.com.br>) que, através deste, construíram um dossiê contendo 1.650 denúncias de pedofilia na Internet e reuniram 70 mil assinaturas visando à aprovação de uma lei que permita punir e bloquear sites que divulgam materiais relacionados à pedofilia. Outros sites que através de Campanhas, Fóruns de discussão, Congressos, disseminam informações e apresentam idéias. É dessa forma que a sociedade vem buscando enfrentar esta nova onda de crimes virtuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anterior ao surgimento da Internet, a pornografia infantil já existia, mas permanecia como casos isolados. Com a Internet, houve uma explosão de crimes praticados contra crianças e adolescentes, que passaram a ser abusadas e seus sofrimentos lançados às telas de computadores atingindo uma gama mundial de visualizações. Através do gráfico abaixo, construídos a partir de dados divulgados pela ABRAPIA, observa-se que a Internet aparece como o segundo local de maior ocorrência de exploração sexual infanto-juvenil⁴⁴. Universo compreendido: 3.328 denúncias entre o período de fevereiro de 1997 a janeiro de 2003.



⁴⁴ Os dados fazem parte de um relatório cumulativo elaborado entre o período de fevereiro de 1997 a janeiro de 2003, a partir do disque denúncia da ABRAPIA. Disponível em: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dados/Graficos/Relatorios%20Site%20Abrapia/Relatorio%206%20anos.pdf>. Acesso em: 13/10/2004.

Figura 05: Locais de ocorrência das denúncias de exploração sexual

Fonte: ABRAPIA.

Um fator importante que contribui para o aparecimento da pedofilia, é o encorajamento das vítimas que denunciam, fornecendo dessa forma subsídios para elaboração de dados estatísticos que apontam a gravidade deste problema.

Podemos refletir que, se em tempos atrás a sociedade tivesse se posicionado de forma magnificente, talvez hoje o autocontrole pudesse acontecer de forma natural sem a necessidade de alguém ou algum órgão controlando e fiscalizando o comportamento individual e coletivo na sociedade. E conseqüentemente a prática de crimes dentre outros, o da pedofilia e pornografia infantil não chegaria a uma velocidade desenfreada como nos dias atuais pela Internet sendo visualizado e armazenado por pessoas no mundo todo. Segundo Armeli Brennand⁴⁵ (2002):

A sociedade tem um papel fundamental. É preciso ter a consciência de que não podemos alimentar a audiência para este tipo de site, pois enquanto houver audiência e o comércio para este tipo de exploração, haverá o abuso de crianças.

A pessoa deve avivar-se a refletir, ter entendimento do que é certo e errado para que dessa forma, seja capaz de exercer o autocontrole estando ela em espaço público ou espaço privado. A grande questão está na construção coletiva da civilização. Com relação a pedofilia e pornografia infantil na Internet, precisamos insistir com as pessoas que as fotos estampadas não podem serem vistas como “apenas pornografia”, é preciso ampliar o olhar, entender que anterior aquela divulgação teve o ato em si, toda uma violência praticada contra alguma criança indefesa. Dessa forma a caminhada estará sendo ao encontro da

⁴⁵ Armeli Brennand. Promotora de Justiça. Entrevista concedida a Tribuna Natal, editada por Marcelo Barroso. Disponível em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/antiores/021126/natal/natal3.html>>. Acesso em: 11/11/04.

garantia de direitos e proteção da criança e do adolescente conforme está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O papel dos órgãos competentes de combate a estes crimes e também de todas as mobilizações existentes na situação atual são importantes, precisam ser incentivadas, divulgadas, trabalhadas em conjunto: sociedade, órgãos nacionais e internacionais e provedores que fazem o “meio campo” para que este material seja disponibilizado.

Espera-se com este trabalho contribuir e levantar a discussão deste tema dentro do Serviço Social assim como para as demais áreas que for de interesse tendo em vista que para a elaboração do mesmo foi possível perceber a restrição de bibliografia brasileira específica do assunto.

REFERÊNCIAS

AIRES, J.Q. **Pedófilos têm cura**. 2002. Disponível em:
<<http://www.portugaldiario.iol.pt/comuns/imprimir.php?id=80130>>. Acesso em: 03 set 2004.

AMARAL, V. **Necessidade de ações efetivas para coibir a proliferação de sítios de pornografia infantil via Internet, no Brasil**. 2004. Disponível em:
<http://www.valmiramaral.com.br/disc_pedo_internet.htm>. Acesso em: 04 nov. 2004.

AUCLAIRE, E. **Pedofilia: O Trabalho das Associações, o Papel da Mídia e da Pesquisa**. In: **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BARISON, S. Z. P. **Famílias incestuosas de classes populares, seus personagens e dinâmica relacional**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia, FFCLRP/USP, Ribeirão Preto, 1999.

BASTELAAR, Beatrice Van. **O Movimento contra a pedofilia na Internet**. In: **Inocência em perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em:
<<http://www.editoras.com/civbrasileira/004921.htm>>. Acesso em: 04 out. 2004.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. 3. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

BRASIL. Lei Federal n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF: 1940.

CASTRO, C. R. A. de. **Pedofilia na Internet**. Direito Net: São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/doutrina/artigos/x/44/66/446/>>. Acesso em: 29 jul. 2004.

CONSULTOR JURÍDICO UOL. **Consultor jurídico**. 2004. Disponível em: <<http://conjur.uol.com.br/textos/25702/>>. Acesso em: 25 jul. 2004.

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA. **Cartilha do abuso sexual**. 2000. Disponível em: <<http://www.crami.org.br/cartilha.asp>>. Acesso em: 29/07/2004.

DIZARD Jr., Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DUNAIGRE, P. O ato pedófilo na história da sexualidade humana. In: UNESCO. **Inocência em perigo - abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.8069 de 13 de julho de 1990**.

FOLHA ONLINE. **Vereadores de Porto Ferreira são condenados por abuso de menores**. 2004. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u93143.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2004.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: [s. n.], 1999.

GUIZZO, É. M. **Internet: o que é, o que oferece, como conectar-se**. São Paulo: Ática, 2002, p.112.

JORNAL DO BRASIL. **Brasil é o 4º em pedofilia na Internet**. 2004. Disponível em:

<<http://www.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=53270>>. Acesso em: 27 set. 2004.

LANDINI, T. S. **Pornografia infantil na Internet: proliferação e visibilidade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Sociologia. São Paulo: 2000.

MACHADO, P. **Famílias agentes educativos – como responder ao abuso sexual de crianças**. Braga, 2001. Disponível em: <<http://pedofilia-site-antigo.planetaclix.pt/pedofilia.swf>>. Acesso em: 29 set. 2004.

MORAES, E. R.; LAPEIZ, S. M. **O que é pornografia**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

MIRANDA, R.; MIRANDA, A. **Campanha nacional de combate à pedofilia na Internet**. 1998. Disponível em: <<http://www.censura.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2004.

_____. Liberdade de expressão com responsabilidade. In: **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas e intervenções psicossociais**. Campo Grande: Casa do Psicólogo Livraria e Ltda, 2004.

NAVEGUE MELHOR. **Programas escondem conteúdo impróprio para crianças na rede**. 2004. Disponível em: <<http://www.naveguemelhor.com.br/dicas/default.asp?ID=1211>>. Acesso em: 19 out. 2004.

NETFILTER. **Filtro de conteúdo Internet**. 2004. Disponível em: <<http://www.netfilter.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2004.

NEUMANN, M. M. e SCHUSSEL, E. **Pedofilia: a doença da crueldade**. Revista Medicina e Saúde, maio 2002.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. **Pedofilia**. São Paulo: Abril, ed. 176, maio 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. A. et ali (Org.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

SAFFIOTI, H.I.B. & ALMEIDA, S. S. (1995). **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter.

SANZ E. O cidadão virtual. In: **Revista Guia da Internet.br**. n. 7, p.30-31, 1998.

SCHUSSEL, E. **Pedofilia: a doença da crueldade**. In: Revista Medicina e Saúde, maio 2002.

SPITZ, R. Internet, www & comunicação humana: uma nova torre de babel? In: COUTO, R. M. de S.; OLIVEIRA, A. J. de (Org.). **Formas de Design**. Rio de Janeiro: 2AB/PUC-Rio, 1999.

SEVERO, J. **Resposta ao movimento homossexual: 1ª parte**. [S. l.: s. n.]. janeiro 2003.

GOMES, W. V. **Siteografia**.

TATE, T. **Child pornography: an investigation**. Londres: Methuen, 1990.